

CIDADÃOS SEM FRONTEIRAS

Apoio sócio cultural e educacional a refugiados e solicitantes de refúgio na cidade de São Paulo

Denise Orlandi Collus¹

INTRODUÇÃO

Atualmente, Brasil apresenta-se como alternativa para muitas pessoas, na busca por refugio, provenientes majoritariamente da América do Sul e da África. São cerca de 4000 refugiados, dos quais metade desse número em São Paulo, vindos de 70 países diferentes. Em 1960, dentro da Convenção de Genebra, O Estatuto do Refugiado, elaborado logo após a Segunda Guerra, para cuidar dos despatriados pelo regime nazista. Mas foi somente em 1997 que aquele dispositivo internacional recebeu regulamentação legal. “De acordo com a Lei 9.474, de 22 de julho 1997, tem direito a morar no Brasil todo cidadão cujo país se encontre em situação de generalizada ameaça aos direitos humanos”. Os refugiados passam a ser beneficiados por uma das legislações mais avançadas no mundo para os casos de perseguições política.

Foi a partir do reconhecimento pelo Brasil da convenção internacional dos direitos humanos aos refugiados, que o país passou a atrair solicitantes de asilo provenientes principalmente da África e da América Latina.

Cinquenta milhões de “vítimas de deslocamento forçado” equivalem a um país demarcado por um traço comum: a descrição humanitária de “vítima”, uma população reduzida a um único imperativo que é manter-se viva longe de cada em redutos de espera.

¹ Assistente Social do SESC Carmo – São Paulo, Coordena o trabalho de apoio sócio cultural e educacional a refugiados e solicitantes de refúgio no SESC de São Paulo.

Um povo desconhecido com o qual não se sabe o que fazer. Seres humanos que se tornam não só vítimas, mas também indesejáveis. Reparar as fissuras sociais que perpetuam, renovam e expandem esse fenômeno é cada vez mais difícil.

Tais fissuras são, em primeiro lugar, o êxodo motivado por pilhagem, saque e destruição de toda espécie: humana, material e do meio ambiente.

A fuga parece ser a única chance de continuar a viver: a partida precipitada de concidadãos que sobreviveram à “limpeza” de sua localidade e repentinamente ficaram isolados e órfãos; a marcha coletiva de famílias camponesas fugindo juntas da guerra, cada indivíduo sentindo-se protegido pela presença do outro.

Esses milhões de deslocamentos forçados e, essa busca por refúgio em outro país são provocados pela generalização e crescimento dos conflitos locais que, pouco a pouco, têm tomado o lugar das guerras entre as grandes potências.

Forçados a deixar seu país, os refugiados – que são em geral vítimas de conflitos étnicos, guerras, de perseguições políticas e religiosas lançam-se em fugas arriscadas e desumanas, na busca por uma nova pátria. Para a grande maioria, haverá uma nova luta a ser vencida: o direito de serem reconhecidos como cidadãos e portanto com liberdade de empregos, educação, saúde, enfim a direitos humanos tão essenciais para a construção de um novo projeto de vida.

O desespero de reconstruir sua vida a partir de fragmentos, reforça o depoimento do fotógrafo e economista Sebastião Salgado, quando retrata em suas fotos, o que é ser um refugiado.

Os refugiados e pessoas deslocadas se distinguem dos imigrantes porque não sonham com uma vida diferente. Em geral são pessoas comuns – “civis inocentes”, levando suas vidas de agricultores, estudantes ou donas de casa até o momento em que têm seus destinos violentamente associados devido à repressão ou à guerra. De repente, além de perderem casa, ocupação e, à vezes, entes queridos, são despojados até da própria identidade.

Tornam-se pessoas em fuga, rostos em noticiários televisivos ou em fotografias, números em campos de refugiados, longas filas à espera das distribuições de alimento. Contrato cruel, o deles: em troca da sobrevivência têm de abrir mão da dignidade.

Além disso, eles raramente têm condições de voltar a ter uma vida normal, pelo menos como a que tinha antes. Alguns se tornam refugiados permanentes, moradores permanentes de campos de refugiados, como os palestinos no Líbano. É muito comum os refugiados não terem voz ativa nos conflitos políticos, étnicos e religiosos que degeneram em atrocidades. Como consolar essas pessoas, que presenciaram o que a humanidade tem de pior?” (SALGADO, 2000)

O descaso dos países em relação aos refugiados é um poderoso agravante em uma situação que há muito tem mostrado ser insustentável”. Segundo Relatório Anual do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR) de 2008, “80% dos refugiados estão em países em desenvolvimento, assim como a maioria dos deslocados interno – uma população com a qual a agência da ONU está cada vez mais envolvida. Muitos estão deslocados há anos sem previsão de uma solução. Apesar do total de 42 milhões de deslocados representar uma queda de cerca de 700 mil pessoas em relação ao ano anterior, novos deslocamentos verificados em 2009 – e não refletidos no relatório anual – anularam este declínio. (ACNUR, 2008)

Para governos e sociedades, existe o desafio de criar e fazer valer políticas humanitárias de inclusão social e também esclarecer quem são refugiados e as razões de seus pedidos de asilo.

O abrigo aos refugiados adota características normalmente reguladas por leis nacionais e que diferem muito entre si. Há tratamento dispares como aqueles que até separam os homens do grupo familiar. Apesar de a maioria de refugiados ser formada por homens, estudos mostram que em algumas situações de refugiados mais de 30% das famílias são chefiadas por mulheres. (ACNUR, 2008)

O ACNUR foi criado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 14 de Dezembro de 1950, com o mandato de prestar proteção e assistência aos refugiados em todo o mundo. O ACNUR trabalha em torno de duas funções principais que estão estreitamente ligadas: à proteção dos refugiados e a promoção de solicitações duradouras para os problemas a eles relacionados. Além disso, por parte dos Estados, da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e do Protocolo de 1967, tenta assegurar o respeito aos direitos humanos dos refugiados. A agência tem hoje mais de 6 mil funcionários em 120 países, assistindo cerca de 30 milhões de pessoas. O Brasil faz parte do Comitê Executivo do ACNUR, órgão responsável pelas principais decisões da

agência, tais como a aprovação de programas e orçamento anuais. O escritório no Brasil, sediado em Brasília, tem como funções assessorar o Governo em matérias relacionadas ao refúgio, trabalhar com a sociedade civil na assistência e integração dos refugiados, além de implementar de maneira conjunta o programa nacional de reassentamento.

A concessão de uma documentação legal garante ao refugiado o acesso à cidadania nacional”. Com documentação – Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Trabalho - o refugiado tem assegurada a sua existência legal perante a sociedade, podendo ser beneficiário do conjunto de políticas sociais providas pelo Estado a seus nacionais. A concessão do refúgio é ato do governo brasileiro, através do CONARE (Comitê Nacional para Refugiados) que é constituído por representantes dos ministérios da Justiça, Relações Exteriores, Educação, Trabalho e Saúde, representantes da Polícia Federal e da Cáritas. O HCR é membro convidado, com direito a voz, sem voto.

O número de pedidos de refúgio ao governo brasileiro é bem menor quando comparados a países desenvolvidos, como por exemplo a França ou o Canadá. Contudo o número de pedidos negados pelo governo brasileiro não se diferencia muito e situa-se ao redor de 70%.

Pouco a pouco essa cifra tem apresentado alterações, devido a mudança do perfil destes solicitantes e o seus países de origem. Cada vez mais chegam pessoas que sofrem com os conflitos na República Democrática do Congo e seus vizinhos, como também vindos da Colômbia.

É imprescindível mencionar o papel importante do ACNUR no Brasil, que tem contribuído muito na capacitação dos advogados para a elaboração dos processos que são encaminhados ao CONARE, como também aos agentes da Polícia Federal que recebem esses solicitantes em solo brasileiro e os encaminha para as entidades responsáveis.

A procura pelo Brasil não é aleatória. A confirmação de um pedido de refúgio, muitas vezes será o motivo da vinda de outros solicitantes, principalmente familiares ou compatriotas desse novo refugiado, e que já se preparam para deixar seu país.

Se por infelicidade seu pedido for negado ele passará a viver como clandestino, sem documentos, sem nenhum apoio financeiro e nem social. Essas pessoas continuam a viver em território brasileiro com muito medo e com mais incertezas de como será sua vida, já que ele carrega a esperança de poder permanecer no Brasil legalmente.

AS REDES DE PROTEÇÃO

As Redes de Proteção Solidárias são formadas por pessoas e organizações envolvidas com o trabalho com os refugiados e refugiadas ou sensíveis à causa. Elas funcionam como pontos de apoio na defesa dos direitos dos refugiados e refugiadas, monitoramento de fronteiras, inclusão social dos refugiados e refugiadas e busca de parcerias e alternativas para sua integração local e reassentamento solidário.

Hoje, as Redes de Proteção são formadas por mais de 30 organizações, estando presentes praticamente todos os estados brasileiros.

REFUGIADOS EM SÃO PAULO

No âmbito de um convênio estabelecido há 25 anos entre o ACNUR e a Caritas Arquidiocesana de São Paulo, a Igreja Católica de São Paulo acompanha de perto a situação dos refugiados no Brasil. É de responsabilidade da Caritas o preenchimento de questionários de solicitação de refúgio, orientar e encaminhar esse indivíduo nas áreas de moradia, saúde, educação e utilização de recursos da comunidade, além do agendamento de entrevistas com representantes do CONARE. Cabe também à Caritas informar a decisão do CONARE sobre o reconhecimento de refúgio.

O apoio que a Caritas vem recebendo de organizações sociais e empresariais tem proporcionado um trabalho positivo conferindo credibilidade e reconhecimento ao programa brasileiro na América Latina. A partir da nucleação dessas agências, o refugiado passou a contar com uma estrutura de suporte que disponibiliza serviços necessários para a qualificação e inserção na sociedade brasileira.

Existe desconhecimento em relação à existência de refugiados na sociedade brasileira que é ampliado pela incompreensão do que significa “refúgio” pois nos últimos

anos, com a redemocratização nacional, não se registraram perseguições políticas generalizadas. Há conflitos étnicos pontuais em relação aos indígenas, e um nível de intolerância institucionalizada contra pobres e minorias. Sem o devido esclarecimento, o cidadão comum entende o refugiado como criminoso de guerra, como fugitivo e marginal, uma vez que esta palavra remete às lembranças dos refugiados nazistas que se esconderam nos países do Sul da América.

Os refugiados na sua grande maioria são negros. Homens jovens (faixa etária entre 18 e 38 anos), chegam solteiros e com curso superior completo ou incompleto. Quanto às mulheres, representam 10% desse número. Com certeza ele poderia ser maior, mas para uma mulher se deslocar em seu próprio país é muito arriscado e para sair dele, dependerá da ajuda de uma rede de proteção, de organizações não governamentais. Aquelas que conseguem chegar, contaram com redes de ajuda.

Para as mulheres estão reservados obstáculos afetivos e emocionais maiores. Porque normalmente elas possuem filhos e outros encargos familiares. Para empreender a fuga, há uma sucessão de decisões e movimentos que precisam ser protegidos por algum tipo de camuflagem ou segredo. E nessas condições movimentar um grupo de pessoas, com dependentes que apresentam capacidade física limitada, como crianças e velhos, cria inúmeros inconvenientes. Então elas enfrentam outro dilema: trazer seus dependentes, deixá-los com a alguém da família ou confiá-los a entidade humanitária? E quando a única alternativa será deixá-los, o sofrimento apenas mudou de lugar.

Os refugiados que vivem em São Paulo enfrentam dificuldades que vão desde a adaptação à uma nova cultura (hábitos, regras, relações de gênero etc), e principalmente a sobrevivência. Em uma mega cidade como São Paulo, onde vivem cerca de 12.000.000, as dificuldades são incontáveis para quem necessita reconstruir sua história uma vez que a intrincada organização social, maneiras de ser e fazer, de requisitar serviços e informações se apresenta de maneira estranha e diversa. E há um grau maior de dificuldade uma vez que para os moradores locais, todos estes procedimentos e valores já estão instintivamente incorporados.

Quando estabelecidos na cidade após um período de transito em completa incerteza e durante o qual o dinheiro disponível foi gasto, emerge a urgência de buscar

meios de subsistência. Porque a única maneira de saborear a liberdade de ir e vir, de se reconhecer cidadão, está na inserção produtiva naquela sociedade. Se para os brasileiros conseguir uma ocupação produtiva já apresenta dificuldades, com taxas de desemprego ao redor de 15%, para esses estrangeiros será ainda mais difícil. Como em outros países, sobrevivem principalmente do trabalho informal.

SISTEMA DE APOIO E OS PROBLEMAS ENFRONTADOS POR REFUGIADOS NA CIDADE

O apoio financeiro é de responsabilidade do HCR e através da Caritas - Organização não Governamental da Igreja Católica, é repassado aos refugiados por um período de 6 meses. O período é considerado curto pelos refugiados, uma vez que neste prazo de tempo, raramente estarão inseridos no mercado de trabalho.

Os albergues públicos e casas abrigo, são responsáveis por acolher a grande maioria destes refugiados, mas o período de permanência não se estende por mais de 6 meses, obrigando á esses indivíduos buscarem outras alternativas de moradia.

As regras estabelecidas por esses albergues são rígidas. E para o cidadão que tinha até dias atrás uma casa, família e tarefas rotineiras como lavar roupas, preparar sua comida (requer), ter que sair à 6 da manhã e poder retornar somente às 15hs é muito constrangedor e humilhante.

No caso de uma família tudo será ainda mais complicado, pois não existe um local apropriado para receber essas famílias. Os albergues são lugares criados para abrigar homens e na sua grande maioria, pessoas em situação extrema de abandono e carência. Para uma criança e mesmo adolescente, a perda de sua rotina, seus amigos, brinquedos, parentes etc, é reforçado quando se vê em um espaço totalmente diferente e nada acolhedor e obrigada a conviver com pessoas totalmente estranhas.

O problema da habitação para os refugiados, não se limita apenas ao alto custo dos aluguéis, mas na apresentação de documentos exigidos por locatários, na hora de redigir um contrato. A quem essa pessoa poderá pedir ajuda, já que ela é estrangeira e tudo é tão estranho para ela?

Essas dificuldades mais comuns têm provocado um êxodo de muitos refugiados para as regiões periféricas de São Paulo, onde é possível encontrar habitações maiores, mais baratas e com menos burocracia. O problema está em seu isolamento e na dificuldade de integra-se na vida social e cultural da cidade, já que as opções de lazer e cultura estão localizadas nos bairros mais centrais da cidade e o custo de transporte é muito alto.

Já os que permanecem na região central não tem outra alternativa do que os cortiços. Os cortiços são moradias com instalações muito precárias onde há uma concentração enorme de pessoas em espaços minúsculos, sem ventilação e número de banheiros insuficientes para atender à todos. Não é incomum para muitos desses refugiados que residem nesses cortiços, conviverem com a marginalidade e promiscuidade permanente.

Nos casos em que se dá atendimento às famílias de refugiados, o problema é ainda mais grave, pois não existem albergues próprios para receber pais e crianças. Como há separação de homens e mulheres nos alojamentos, os pais são separados e assim os filhos convivem em um ambiente adulto, utilizam espaços comuns com pessoas desconhecidas.

As carências na vida de um refugiado urbano não serão apenas materiais, mas também emocional e psicológica.

A solidão e a desconfiança passam a ser suas companheiras. Tais indivíduos que já foram vítimas da barbárie humana, carregam em seu intimo a vergonha de ter idealizado um mundo melhor e ter vivido a quebra dos ideais e dos processos coletivos de construção e ter se obrigado a abandonar seu país e sua história, como se a culpa fosse sua.

Passa a ser uma pessoa com pouca gratidão e generosidade devotadas à comunidade e mesmo a seu país. Apesar da dura realidade social e econômica do Brasil, a tolerância e o respeito às diferenças é algo comum no dia-a-dia dos brasileiros. Brancos, negros, católicos, muçulmanos, homossexuais ou heterossexuais convivem sem conflitos violentos. Há segregação e preconceitos disseminados na sócio-cultura, mas existe suporte legal para coibir e regular abusos. Na situação de convivência, como num jogo, dá-se a interação com as outras pessoas. Ver a si mesmo através do olhar do outro inicia a recuperação do próprio eu. Então, será na situação de compartilhar atividades que se

estabelecerá o contato com outras pessoas. Daí surgirá o acolhimento e a noção de pertencer a um novo grupo social, por mais diverso que se apresente daquele com o qual havia partilhado situações de vida na sua pátria.

Como observou Jacques Ellul (1998)

Ao longo de sua história, os homens se colocaram certos objetivos que não derivavam do desejo de felicidade e que não inspiravam ações em busca da felicidade; por exemplo, no que diz respeito ao problema da sobrevivência, da estruturação de um grupo social, problemas da sobrevivência, da estruturação de um grupo social, das operações ou ideologias técnicas, a preocupação com a felicidade não aparece...

Foi portanto uma novidade proclamada pela revolução moderna a possibilidade de produção da abundância e da garantia de uma vida material melhor, uma vida mais fácil, longe do perigo, do cansaço, da repetição, da doença e da fome.

A NECESSIDADE DE SER ACEITO:

Todos buscam aceitação no meio em que vivem. É por meio dessa aceitação que uma pessoa se sente cidadã em uma sociedade. Esta aceitação contribui para que, gradativamente, o refugiado se sinta incluído no processo das novas relações sociais que necessita estabelecer (ARAUJO, 2003).

É bem conhecido o fato de que todos temem o que lhes é desconhecido ou que não lhes é de alguma forma familiar. O refugiado, por vir de outro país, sofre a dor da estranheza e do isolamento, uma vez que não domina os códigos da comunicação e os códigos culturais que reforçam e dão vida ao sentimento de pertencer”.

Não podemos afirmar se a sobrevivência em um campo de refugiados é mais ou menos difícil que a sobrevivência em um centro urbano. O que é possível afirmar é que as necessidades são diferentes, já que para se viver em uma cidade o refugiado precisará urgentemente entender códigos, regras, buscar onde morar e o que comer.

Para ele não existe chance de sobrevivência se não houver uma rede de apoio capaz de ajudá-lo a inserir-se nesta sociedade. Num campo a liberdade é totalmente tolhida e espera-se pela ajuda externa, para a alimentação, assistência médica e proteção individual. Mesmo que nos campos a iniciativa para criar rotina, normas de convivência e envolver a população em tarefas comunitárias parta dos próprios

refugiados, ainda assim os limites se dão dentro de espaços delimitados e “garantidos” por alguma autoridade.

Nas grandes cidades essas iniciativas são de obrigação de governos e organizações não governamentais, num ambiente de onde as escolhas e os interesses individuais prevalecem. Assim, participação do refugiado em projetos e serviços oferecidos pela sociedade dependerá de sua interação e envolvimento.

O QUE É O SESC?

Toda a ação do Serviço Social do Comércio (SESC) é norteada pelo princípio da democratização. Independente de faixa etária, formação escolar ou estrato social, é prioridade a integração do maior número possível de pessoas com as mais diversas expressões culturais de qualidade. A ênfase na diversidade cultural é outro valor fundamental para a para a ação do SESC, pois isso favorece o auto-reconhecimento e a valorização dos indivíduos. A integração de diferenças é um modo de diálogo e permanente construção de novos valores e novos modos de vida, mais humanos e solidários. O trabalho de apoio aos refugiados foi criado sob a mesma filosofia, respeitando diferenças, culturas e individualidades.

O PAPEL DO SESC: UM COMPROMISSO SOCIAL

Dezembro de 1995 foi assinado um convênio entre SESC e SENAC (Serviço Nacional de aprendizagem do Comércio) entidades de caráter privada, Cáritas e ACNUR com o objetivo de ampliar a assistência aos refugiados. Toda pessoa que solicita refúgio em São Paulo, será encaminhada ao SESC Carmo, entidade localizada no centro de São Paulo, utilizar seus espaços e serviços.

O Que o Sesc Oferece a Essas Pessoas?

Alimentação: com um preço reduzido, a pessoa paga 60%, na alimentação consumida. O refugiado utiliza o restaurante do SESC Carmo juntamente com os brasileiros que almoçam ou jantam diariamente.

O restaurante do SESC Carmo não será apenas um ponto de encontro aos refugiados, mas um lugar onde ele aprende a compreender novas regras, adaptar a comida brasileira e principalmente a dividir o espaço com brasileiros que ele não conhece, diferentemente dos albergues, que apesar de não conhecerem muitas pessoas que estão ali abrigadas, dividem o mesmo problema e dificuldades.

Espaços Culturais, Esportivos e de Laser

O acesso à biblioteca, áreas de convivência (jogos, leitura de jornais), local agradável e apropriado para se trocar informações e impressões com outros refugiados e com brasileiros (funcionários e freqüentadores).

Piscina, quadras de vôlei, basquete e futebol, proporcionam momentos de descontração com seus compatriotas e com brasileiros.

Espectáculos gratuitos, teatro, exposições e parques lúdicos para as crianças, começam a transformar o sentimento de solidão, em momentos de diversão, com a sensação de uma vida normal.

O Espaço da Internet Livre

Preservar seu patrimônio e seus vínculos: A expressão em seu idioma pátrio é apenas um dos aspectos, mas existem outros como o acesso aos meios noticiosos de seu país de origem. Com o advento da Internet, este desafio tem sido minimizado.

Ao ser forçado a sair de um país, de forma involuntária, o refugiado deixa em sua pátria aqueles que a ele estão ligados por laços sangüíneos: avós, pais, irmãos, filho e esposas.

Neste espaço muito freqüentado na unidade do SESC Carmo, é possível romper barreiras. Barreiras do isolamento através da música, de imagens e notícias de sua terra natal, informações valiosas sobre a situação de seu país, de sua vila, que somente um conterrâneo poderia trazer. Através dessa ferramenta, pode-se amenizar a saudade, dúvidas e solidão, na esperança de manter contato com familiares e amigos. E onde mais seria possível escutar uma música colombiana, congoleza, iraniana, se não pela

Internet? E nesses 30 minutos diários tão disputados, o que era apenas lembranças se transforma em realidade por meio de mensagens, imagens e sons. Desafio de ter acesso ao programa educacional.

Uma foto, uma frase ou uma música pode significar um presente inigualável, quando estamos à 2,3 ou 12 anos longe de casa.

O correio eletrônico passa a ser sua referência neste novo mundo que ele luta para fazer para esta pessoa, poder ter um endereço, ela tem a sensação de não estar tão isolada ou sozinha.

Curso de Português Para Refugiados e Solicitantes de Refúgio

Curso de português: mais do que uma sala de aula, a diversidade de línguas, culturas e etnias, transformam esse espaço em um mundo à parte. Pessoas que jamais se viram ou se falaram, se esforçam para atingir o mesmo objetivo, romper o isolamento através do aprendizado da língua portuguesa, resgatar a auto-estima e, o mais importante dos desafios, colocar-se profissionalmente nessa nova sociedade, garantindo assim a sua liberdade e independência.

Para que possa conquistar seu lugar na sociedade o ser humano necessita assegurar uma crescente escolaridade. Isto pode facilitar o bem-estar físico e emocional, o acesso a uma profissão e a um emprego que lhe garanta o sustento com dignidade.

A LÍNGUA COMO FATOR DE SOCIABILIZAÇÃO

Para Fernando Pessoa (poeta português) “a minha pátria é língua na qual escrevo”. O idioma é parte fundamental do patrimônio cultural de uma pessoa. É algo intransferível. O refugiado vive em sua plenitude um drama duplo: o de se fazer entender e o de buscar entender as pessoas. O fracasso em vencer este desafio dá origem a vários outros obstáculos, como o de ser constantemente ridicularizado por não conseguir se expressar corretamente. A confirmação de sua insegurança o que, de um modo geral, é decisivo para conservar baixo sua auto-estima.

Por outro lado, é reconhecida como uma motivação humana básica o ato de buscar o seu espelho naqueles que tem a mesma língua materna. “Isto leva o refugiado a se isolar em pequenos nichos onde o que existe de mais sólido é o ponto comum que os iguala”.

O curso de português especialmente desenvolvido para atender aos refugiados e solicitantes de refúgio tem a dupla função de ensinar o idioma e esclarecer questões de convivência social e cultural, ou seja, o professor transforma questões trazidas por eles em material pedagógico.

O curso de português não está restrito à classe, o contato com a cultura brasileira é oportunizado a partir da oferta de visitas a museus e espetáculos teatrais, com o objetivo de complementar informações e vivências aplicadas em sala de aula.

Mas este convênio não se limita apenas apoiar os refugiados e solicitantes, mas também esclarecer a sociedade sobre a difícil realidade e situação de uma pessoa que é ser obrigado a abandonar seu país e sua história em busca de segurança e paz.

O SENAC é uma entidade voltada para formação profissional que oferece gratuitamente aos refugiados e seus familiares, inscrições em cursos em suas unidades, desde que preencham os requisitos mínimos exigidos em cada caso. Este convênio já atendeu aproximadamente 800 refugiados, que puderam retornar aos estudos e buscar, com mais segurança uma colocação profissional.

O refugiado pode escolher curso de informática, meio ambiente, moda, fotografia, administração, gastronomia, saúde etc.

CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A EXISTÊNCIA E A DIFÍCIL REALIDADE DOS REFUGIADOS

As discussões sobre o tema “refúgio” ou imigração involuntária” faz parte de nossa atividade regular, através de profissionais renomados, psicólogos, antropólogos etc, para ministrar palestras, sugeridas pelos próprios refugiados, tem possibilitado aos brasileiros também, aprender e compreender um pouco da riqueza e da subjetividade que é ser um

refugio. As palestras abordaram temas de interesse do próprio refugiado como também da sociedade.

Como material de apoio permanente, o SESC a publicou dois manuais com orientações básicas ao solicitante de refúgio e ao refugiado, sobre a situação, direitos, deveres, normas e procedimentos. Trata-se de um apoio indispensável para quem está chegando e permanecerá no Brasil como “refugiado”.

O SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO A REFUGIADOS: NOVOS DESAFIOS

O estudo da vida social é uma das vertentes do Materialismo Histórico Dialético, as idéias seriam então o reflexo da imagem construída pela classe social dominantes de maneira que seu domínio sobre as pessoas sempre esteve relacionando com a edificação ideológica que a “classe dominante” constrói dentro das mentes de seus “dominados” e essa é uma das formas que a ideologia envolve e se apropria da consciência de todos, colocando-os a seu mero uso e controle.

Segundo Arjun Appadurai (1996), os refugiados seriam, ao contrário, os emblemas ou mesmo os principais atores de uma ordem pós-nacional emergente. No entanto, uma grande parte deles, particularmente na África e na Ásia, faz do momento do exílio – sempre associado, convém lembrar, a um conjunto de perdas materiais, familiares, econômicas – sua primeira experiência da importância dos Estados nacionais, quando devem fugir de um para se confrontar à ausência de direitos no outro, ou mesmo ao rechaço nas fronteiras, mais freqüente nos últimos anos do que antes. O Estado nunca esteve tão presente na vida desses refugiados.

Diante dessa nova (des)ordem mundial, a atuação do Assistente Social não está focado apenas nos cidadãos brasileiros e suas necessidades, mas no atendimento a grupos que se encontram em extrema vulnerabilidade, como cita Balgopal:

In a globalizing world, still fraught with armed conflict, social workers must be prepared to understand and implement the spirit and letter of international humanitarian conventions designed to help protect people caught in the middle of war. Social workers increasingly find themselves involved issues of refugee assistance.

(No mundo globalizado, ainda repleto de conflitos armados, o Assistente Social deve estar preparado para entender e implementar o espírito e leitura das Convenções Humanitárias Internacionais designada para ajudar na

proteção de pessoas pegas no meio da guerra. O Assistente Social encontra-se num crescente envolvimento em questões de assistência à refugiados). (BALGOPAL, 2000)

O segundo princípio do Código de Ética dos Assistentes Sociais consolida o compromisso do Assistente Social na luta pela não violação dos direitos humanos e de uma postura essencialmente democrática.

A história recente da sociedade brasileira, polarizada pela luta dos setores democráticos contra ditadura e, em seguida pela consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e prática até então secundarizados (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, o respeito à diversidade, etc) adquiram novos estatutos, adensando o elenco de reivindicações da cidadania. (CFESS, 1993)

Segundo José Paulo Neto, a renovação profissional se faz a cada dia, da necessidade de compreender novos símbolos e situações adversas apresentadas por grupos tão distintos que norteiam o universo do assistente social. “A renovação profissional, porque foi capaz de sintonizar as (auto) representações do Serviço Social com a pluridimensionalidade dos projetos que permeiam a sociedade brasileira, constituiu, em si mesma, a contribuição (nem sempre, consciente e voluntária, é verdade) dos assistentes sociais para abrir o caminho do futuro – de sua profissão e da sociedade. (NETTO, 1998)

CONCLUSÃO

NOVOS PROJETOS, NOVAS PERSPECTIVAS

O contato permanente com pessoas refugiadas faz com que sejam conhecidas as enormes dificuldades financeiras e psicológicas que este indivíduo enfrenta para retomar sua vida social.

Trabalhar o coletivo pode muitas vezes não ser o que a/o refugiada queira, mas será a forma mais rápida de buscar autonomia e integração, para ser inserida no mercado de trabalho.

Quanto mais cedo ela superar esse isolamento, mais cedo retomará sua vida. Como citado por Myrian “O pensamento em grupo é uma boa maneira para levantar um maior e mais variado número de hipóteses de alternativas de intervenção, através do

exercício da tempestade de idéias, de discussão de aspectos, de recorrência a pessoas afins com o problema tratado” (BAPTISTA, 2000)

Apesar da situação dramática em que vivem milhões de imigrantes ilegais em todo o mundo, o cidadão que recebe o *status* de refugiado não pode ser tratado com a mesma indiferença e discriminação. O país que lhe concede o *status* de refugiado tem o compromisso de protegê-lo e integrá-lo à sociedade e não abandoná-lo à própria sorte.

Reaprender a caminhar por lugares, interpretar códigos, entender a dinâmica da cidade e principalmente as relações de gênero, que provocam tantos conflitos e questionamentos quando comparados a costumes e leis que vigoram em seus países.

A participação de organizações governamentais e não governamentais será de extrema importância para a sobrevivência e a independência de cada indivíduo, no que diz respeito ao apoio financeiro, mas principalmente o apoio sócio-cultural.

BIBLIOGRAFIA

SALGADO, Sebastião. **Êxodos**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

ACNUR, **Tendências globais**, 2008.

ELLUL, Jacques. *Metamorphose du bourgeois*. Paris: La Table Ronde, 1998.

ARAUJO, Washington. O desafio de ser refugiado. In: MILESI, Rosita. **Refugiados: realidade e perspectivas**. São Paulo: Loyola, 2003. (Série Imigrações).

APPADURAI, Arjun. **Modernity at large, cultural dimensions of globalization**. Minneapolis: University of Minnesota. 1996.

BALGOPAL, P.R. (Ed.). **Social work practice with immigrants and refugees**. New York: Columbia University Press. 2000.

CFESS. **Código de Ética dos Assistentes**, aprovado em 15 de março de 1993, com alterações introduzidas pelas resoluções CFESS n.º 290/94 e 293/94.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** Cortez Editora, 1998.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidades e instrumentação**. VERAS Editora: Lisboa:CPIHTS, (Série livro-texto;1). 2000.